

「 artigos e ensaios 」

# Poderees da escrita: breves reflexões sobre a literatura na fronteira da Inteligência Artificial

Christian Schwartz

Num ensaio lançado há alguns anos no Brasil com o título de *Teoria da viagem* (L&PM, 2009, trad. Paulo Neves), o filósofo francês Michel Onfray identifica dois tipos de “temperamento” no que diz respeito à necessidade humana de se pôr em movimento: de um lado, há o “turista”; de outro, em absoluto contraponto, fica o “viajante”.

“O turista compara, o viajante separa”, define Onfray. “O primeiro permanece à porta de uma civilização, toca de leve uma cultura e se contenta em perceber sua espuma [...]; o segundo procura entrar num mundo desconhecido, sem intenções prévias, como espectador desengajado [...].”

A distinção me voltou à mente a cada vez que, nos últimos tempos, ouvi menções — ora deslumbradas, mais frequentemente temerosas — à suposta realidade próxima, senão já presente, de inteligências artificiais que poderiam se equiparar a nós, inteligências humanas (conforme o termo algo bizarro e já de uso corrente), em tarefas como a de contar histórias.

Ora, algumas de nossas histórias mais antigas são, como se sabe, relatos de viajantes.

Aí um colega jornalista se aventurou a pedir ao universalmente celebrado e temido ChatGPT que o guiasse numa aventura de dois dias por uma capital brasileira que, por acaso, ele já conhecia bem — por viver nela há muitos anos. Teste feito, o autômato escrevinhador talvez tenha sido aprovado com méritos ou falhado fragorosamente: a avaliação dependerá precisamente de como, antes disso, se encarava a viagem — se como turista ou viajante, nos termos de Onfray.

As raízes do desejo de se largar no mundo, diz o filósofo francês em seu livro, são mais profundas do que aquele impulso meio banal de “de-stressar”: “Ninguém se torna nômade impenitente a não ser instruído, na carne, pelas horas do ventre materno, arredondado como um globo, um mapa-múndi”, escreve Onfray, poética mais até do que filosoficamente.

Das questões prementes, e um pouco triviais ao mesmo tempo, a serem respondidas nas atuais comparações entre as IAs e nós, a principal talvez seja a seguinte: de que “ventre materno, arredondado como um globo” saiu a última invenção do tipo a vir nos deslumbrar e assombrar na mesma medida?

\*\*\*

Nos últimos anos — e antes ainda da atual versão das IAs, chamadas generativas, porque, como o GPT, capazes de gerar textos inteiros a partir de provocações (ou *prompts*, no jargão técnico) —, tenho tentado dar minha modesta contribuição às discussões sobre o tema. Em conferências e textos publicados, procurei passar em revista algumas ideias a meu ver equivocadas sobre as possibilidades da tradução automatizada, principalmente.

Como esse tipo de escritor que sou, o tradutor (literário, em particular), não tinha como ficar alheio aos avanços dos tradutores automáticos, cada vez mais de uso geral e gratuito — se mais não fosse, pelo aspecto prático do ofício (e por motivos óbvios de sobrevivência), embora também por ser um leitor contumaz dos estudos da tradução, ramificação das mais férteis da filosofia da linguagem, da sociolinguística, mesmo da história e da política.

Um bom ponto de partida para essa discussão é um clássico que tive o prazer de traduzir — *Frankenstein* (Penguin-Companhia das Letras,

2015), de Mary Shelley —, e vejo como perfeita ilustração do caráter humano incontornável daquilo a que chamamos linguagem (ou, mais especificamente, “língua”).

Num breve apanhado sobre a evolução da tradução automatizada, pode-se dizer que ela tateou no escuro até o momento em que as máquinas deixaram de lidar com divergências estruturais dos idiomas para funcionar a partir de textos anteriormente escritos/traduzidos por humanos e acessíveis em imensos repositórios online como os arquivos multilíngues da ONU ou da BBC, para ficar em dois casos conhecidos. Pois a linguagem humana, obviamente, transcende a “pura” semântica ou sintaxe: é sempre *texto* — uma interação verbal com fim específico e imediato, impossível de prever antes da ocorrência linguística propriamente dita, ou seja, fora de seu *contexto*.

Por isso, a tradução, particularmente a tradução literária, é um trabalho criativo; assim como reescrever (para todos os efeitos, trata-se de um novo texto) um clássico como *Frankenstein* um ou dois séculos depois do original, em outra língua, para leitores futuros e contemporâneos, configura um trabalho semiautoral, ou de autoria colaborativa, o que máquina alguma jamais será capaz de fazer com o mesmo engenho de uma mão de carne e osso — se guiada por consciência humana, bem entendido, uma vez que o próprio monstro do dr. Frankenstein, no romance, ganhara corpo a partir de outros corpos, mãos incluídas.

Mas e quanto à consciência da criatura ou do autômato, na mais ampla e diversa acepção da palavra?

“Que estranha é a natureza do conhecimento! Uma vez que adere à mente, ali se fixa como limo à rocha. Eu por vezes desejava livrar-me de todo pensamento e de todo sentimento [...]”, “reflete” o monstro no romance de Mary Shelley, único veículo de expressão de suas “ideias”, ainda que, escondido no quintal de uma família a certa altura da narrativa, ele se anime: “Passava meus dias observando-os minuciosamente, para mais depressa dominar a língua, e [...] entendia e era capaz de imitar quase toda palavra dita. [...]”, um procedimento não muito diverso do que realizam as IAs generativas, aliás — qualquer especialista técnico nessas máquinas dirá que, ao fim e ao cabo, sua única habilidade é a do cálculo probabilístico ultraveloz e cada vez mais preciso da próxima “palavra [a ser] dita” por imitação.

O monstro do romance é obrigado, contudo, a lamentar: “Mas onde estavam meus amigos e minhas relações? Não tivera um pai a testemunhar meus tempos de bebê nem a bênção de uma mãe, seus sorrisos e carícias; ou, se tivera, meu passado inteiro era agora um borrão, um vazio escuro no qual eu nada distingua”.

O que equivale a perguntar: que “ventre arredondado” o teria gerado?

“Em minha lembrança mais remota”, ele conclui, “sempre fui este mesmo ser, deste tamanho e desta altura. Até ali jamais vira outro que se assemelhasse a mim ou que quisesse ter alguma relação comigo. O que eu era? A pergunta surgia, recorrente, e a resposta não passava de resmungos.”

A questão é que, como sabem a leitora e o leitor do romance, o monstro do dr. Frankenstein não se contentará em resmungar: feito um ChatGPT de dois metros e meio de altura, ou talvez um turista sem modos, desanda a se comportar mal — só que suas maldades e vinganças, plenas de humanidade, causarão estrago consideravelmente mais concreto do que espalhar *fake news* ou aproveitar as férias emporcalhando a areia de alguma praia.

\*\*\*

Recuemos um ou dois passos.

Num artigo de jornal dos anos 1970, ao especular sobre que futuro teriam os tradutores humanos, o grande erudito e pioneiro no ofício Paulo Rónai, húngaro radicado no Brasil, se espantava com o teste público de uma tal “701” (número que servia de nome à máquina), realizado no Instituto de Linguística da Universidade Georgetown, nos Estados Unidos. O computador já rodava um sistema de equivalência entre palavras avulsas, complementado por programação extra que o instruía sobre regras linguísticas e gramaticais.

“O objetivo principal da pesquisa consistiria atualmente em sistematizar o maior número possível de tais regras gerais, que envolvem as divergências estruturais dos idiomas”, esclarecia Rónai, admirado com a capacidade dos engenheiros eletrônicos da IBM, “peritos em máquinas de calcular das mais complicadas e entendidos em engenhosos sistemas de classificação por meio de cartões perfurados”.

Eram os primórdios da aventura da automação da linguagem – esse percurso que, da máquina descrita por Rónai e dos primeiros tradutores automáticos de uso restrito, nos traz, hoje, a um ChatGPT, com escala obrigatória no popular Google Translate.

O sempre imprevisível e inventivo filósofo francês – nascido na Tunísia e radicado no Canadá há duas décadas – Pierre Lévy, porém, tem buscado outros atalhos. Sua mais recente empreitada – uma espécie de interface linguística máquina-homem com ambição de tornar-se língua universal – foi notícia pelas mãos (humanas) de Juremir Machado, seu velho amigo, jornalista e tradutor ele próprio.

Machado escreveu, sobre “a nova língua de Lévy”, batizada pela sigla IEML: “Existem palavras nas línguas naturais, como o português, polisêmicas, com muitos sentidos. Laranja pode ser fruta, cor ou, no Brasil, testa de ferro. Na IEML, laranja fruta tem um signo. Laranja cor, outro. E assim sucessivamente. Na prateleira, cada coisa tem a sua etiqueta”.

O próprio Lévy, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, elaborou: “As linguagens naturais são muito irregulares. Hoje, os algoritmos são capazes de entender a linguagem natural, mas só com cálculos estatísticos. Com [a] IEML o significado é diretamente acessível e pode ser usado como um sistema semântico universal”. Na teoria, essa nova língua – “a língua da inteligência coletiva”, conforme o filósofo a definiu – se diferenciaria justamente por ser “semanticamente calculável”: a cada significado, o devido valor atribuído.

Em suma, eis o escopo do que projeta Lévy: “Se quisermos ter uma inteligência coletiva real, primeiro temos que poder nos entender através das barreiras de diferentes idiomas, ou de diferentes tradições culturais”. O que levou o amigo brasileiro Juremir Machado a vangloriar-se: “Já posso dizer que sou amigo do inventor do novo esperanto. Um esperanto da era da internet”.

Numa outra frente, em 2016, a pesquisadora italiana Marzia Grillo realizava um experimento radical: ela publicou uma antologia de poemas da americana Emily Dickinson vertidos ao italiano por tradutores automáticos de uso gratuito. Como editora dessa pioneira coletânea, Grillo privilegiou resultados que realçassem aspectos como sonoridade, imagens pitorescas ou cômicas e ambiguidades de sentido – alguns poemas em que aparecia a palavra “gay”, por exemplo, renderam versos

engajados *avant la lettre*, uma vez que os originais de Dickinson datam do século 19.

“Temos aí traduções poéticas, sem dúvida”, defendeu ela, “e não só porque criam um sistema (mesmo que inadvertidamente) de rimas, assonâncias e soluções ‘felizes’ em termos musicais e rítmicos, mas também pelas imagens que, ainda que infieis [ao original], são, para todos os efeitos, poderosas.”

Grillo, porém, deixa sem resposta uma questão fundamental: quem assina essas traduções? Quem seria o autor dos poemas em italiano, nesse caso – e, antes, faz sentido falar nesses termos sobre textos traduzidos?

Estamos aqui, em suma, no terreno da muito debatida (entre tradutores, sobretudo) “questão da autoria”. A tradução, particularmente a tradução literária, é um trabalho criativo, claro, mas daí à reivindicação de autoria sobre o novo texto resultante da transposição de uma língua a outra vai uma distância. (Não à toa, são raros os casos – no Brasil, quase inexistentes – de tradutores remunerados por direitos autorais.)

Ainda assim, sem abandonar as normas de consenso sobre o que constitui uma tradução em termos modernos (e uma boa tradução, em particular), um tantinho de diversão autoral sempre nos será permitida, como lembrou o principal tradutor do alemão para o inglês em atividade, o também poeta Michael Hofmann:

“Eu meio que reluto em afirmar isso, mas essas questões [sobre autoria] também me dizem respeito. Ao menos num sentido técnico dizem respeito a mim, pois, não importa o quanto o tradutor idealmente se faça invisível, as palavras ali são dele, de qualquer maneira, [então] por que não dar minha contribuição com uns palavrões interessantes?”

Isso continuará possível no “novo esperanto” de Lévy?

\*\*\*

O professor e tradutor David Bellos, em seu *Is that a fish in your ear?*, excelente apanhado sobre as noções de tradução ao longo dos séculos, contrapõe: “Não faz sentido imaginar [que seja possível] transportar a dimensão étnica, de autoidentificação, contida em qualquer manifestação expressiva. Absolutamente toda e qualquer reformulação, no mesmo dialeto ou língua ou qualquer outro(a), constrói uma identidade diversa”.

Essa noção, absolutamente correta, contrasta com certa concepção leiga – um pouco totalitária e nada dialógica, talvez um sinal dos tempos – de que se poderia inventar um método de comunicação inter-humana que, no fim das contas, prescindia de... linguagem! Lévy não chega a tanto. Seu mais recente experimento parece, porém, pressupor que seria possível como que despir ocorrências verbais de sua, conforme Bellos, “dimensão étnica, de autoidentificação”.

É curioso que seja essa também a tendência em outra área que contabiliza avanços significativos nas últimas décadas, a neurociência (com a qual Lévy estabelece diálogo eventual). Neurocientistas muitas vezes recorrem a concepções filosóficas que um dia guiaram, mas por caminhos improdutivos, o desenvolvimento da tradução por máquinas. É precisamente o caso da teoria segundo a qual a linguagem seria um código que encapsula “significados” – ou, quem sabe, “pensamentos”? – e a tradução, a chave para sua decodificação. A partir do monitoramento de nossa atividade cerebral, máquinas poderiam supostamente ser instruídas a falar, ou até escrever e criar, por nós. E sem mal-entendidos.

Ora, a linguagem humana, sobretudo a fala, transcende o nível lexical, as “palavras ditas”: ela é sempre *texto* – como defini alguns parágrafos acima: uma interação verbal com fim específico e imediato, impossível de prever fora de seu contexto. Nesses termos não haveria, portanto, algo como um “pensamento” isolado.

Esta última ideia toca no que talvez devesse ser nosso mais justificado temor em relação à inteligência artificial aplicada à linguagem: que ela, em vez de imitar, se afaste completamente de padrões antropocêntricos. “A ideia de que mentes computacionais deveriam se assemelhar a mentes humanas começa a parecer tão fatalmente arrogante quanto foi a astronomia geocêntrica”, sugeriu o crítico Julian Lucas, da revista *The New Yorker*, ao resenhar o romance *Máquinas como eu* (Companhia das Letras, 2019, trad. Jorio Dauster), do britânico Ian McEwan.

Como bem observou meu colega Bruno Gambarotto – ele próprio responsável por outra tradução de *Frankenstein*, publicada quase que simultaneamente à minha –, “a ideia da tradução como processo unicamente mecânico entra em conflito com a dimensão política do ofício e insinua instâncias de cerceamento da liberdade necessária à negociação em torno da diferença e da contradição inerentes ao contato humano.

No limite, a possibilidade de apagamento mecânico da figura do tradutor sugere uma inflexão poderosa no modo como temos organizado nossas babéis e lidado com a própria ideia de pluralidade e com a produção de consensos (ou, mais tradutoriamente falando, equivalências)”.

No romance de McEwan, o casal de protagonistas, Charlie e Miranda, envolvido num estranho triângulo com o robô Adão (ah, esses nomes de personagens literários...), discute justamente até onde poderia ir a habilidade linguística dos autômatos, perguntando-se se robôs um dia seriam capazes de escrever romances, ou seja, histórias embebidas na essência da experiência humana. É quando Miranda interrompe o devaneio, sombria: “[Mas] quem falou em experiência humana?”.

Na visão de Gambarotto, com a qual concordo, “a tradução [...] como processo integra a pluralidade social do pensamento” – a ênfase aqui é em *social* – “e o princípio do contraditório sob o qual as sociedades democráticas se organizam”.

“Não há mecanização capaz de superar a condição histórica da tradução”, escreveu ainda meu colega de ofício – mais uma vez, acertadamente.

Ian McEwan (e, com ele, talvez Lévy), ao contrário, parece projetar um mundo no qual, prescindindo da interação social (e democrática, espera-se) que nos torna seres capazes da linguagem do afeto – justamente o que o monstro do dr. Frankenstein não podia ser –, as máquinas nos imponham, enfim, sua “nova língua”, uma língua de “pensamentos” isolados: extinto o romance (nos dois sentidos da palavra), de nada nos servirá tentar traduzir tal linguagem unidimensional, autoritária em certo sentido.

Além disso, conforme aprendeu da forma mais trágica o próprio dr. Viktor Frankenstein – e nos lembra contemporaneamente um romancista estupendo como McEwan –, um autômato com aspirações ao que, até pouco tempo atrás, considerávamos inapelavelmente humano pode terminar por se revelar um monstro.

Prefiro depositar minhas esperanças na definição oferecida por outro grande praticante e pensador da tradução, Paulo Henriques Britto, para quem ela é “uma práxis social específica voltada para um determinado fim, a produção de textos que possam substituir outros textos”.

Mas, especulo por fim, não será possível projetar um autômato capaz da linguagem do afeto – este outro nome para o generoso ato de contar histórias?

\*\*\*

Para que estas breves reflexões não resultem ambíguas ou talvez fatalistas demais, recorro a um romance ilustrado – voltado ao público infantojuvenil, mas, como nos melhores exemplares do gênero, preñado de associações e significados “adultos” –, que ganhou projeção mundo afora graças à adaptação à tela grande dirigida por Martin Scorsese alguns anos atrás: *A invenção de Hugo Cabret*, de Brian Selznick (SM, 2007, trad. Marcos Bagno).

Na cena em que, prestes a se tornar órfão, questiona o pai sobre o projeto que lhe toma todo o tempo livre e fascina em tempo integral, o protagonista, ainda um menino, percebe a mágica em potencial do que tem diante dos olhos.

– O que é? – perguntou Hugo.

– Um autômato.

– O que é isso?

– Um objeto de corda, como uma caixa de música ou um brinquedo, só que infinitamente mais complexo. Eu já tinha visto alguns outros antes, um pássaro cantando numa gaiola e um acrobata mecânico num trapézio. Mas esse agora é muito mais sofisticado e interessante que os outros.

– Por quê? – perguntou Hugo, ansioso.

– Porque esse pode escrever. Pelo menos acho que pode. Ele tem uma pena na mão e está sentado numa escrivaninha. Olhei dentro dele e vi centenas de pecinhas, com dúzias de rodas com encaixes e ranhuras entalhadas. Tenho certeza que, se estivesse funcionando, a gente poderia dar corda, colocar uma folha de papel na mesa e todas aquelas pecinhas entrariam em ação e fariam o braço se mexer e escrever algum tipo de mensagem. Talvez escrevesse um poema ou uma charada. Mas agora ele está quebrado e enferrujado demais para qualquer coisa.

No capítulo final – uma espécie de pós-escrito –, Hugo, tendo encontrado seu rumo na vida entre a paixão pelo cinema e o talento para os truques de mágica, revisita a obsessão do pai: “Muito tempo atrás, eu era um menino chamado Hugo Cabret e acreditava desesperadamente que um autômato quebrado salvaria minha vida. Agora que o meu casulo

se partiu e eu emergi como um mágico chamado Professor Alcofrisbas, posso olhar para trás e ver que eu tinha razão. O autômato que meu pai descobriu salvou, sim, a minha vida”.

“Mas agora eu construí um novo autômato”, prossegue o apêndice do livro, para em seguida revelar, ainda na “voz” desse surpreendente narrador, a verdadeira natureza daquilo que, do lado de cá, no “mundo real”, acabamos de ler como a *graphic novel* intitulada *A invenção de Hugo Cabret*, de (suposta) autoria de Brian Selznick: “O complicado mecanismo dentro do meu autômato pode produzir cento e cinquenta e oito ilustrações diferentes e pode escrever, letra por letra, um livro inteiro, vinte e seis mil, cento e cinquenta e nove palavras. Estas palavras”.

“Encarnado”, o autômato capaz de linguagem pode se tornar o monstro do dr. Frankenstein – há o risco. Mas pode também passar de turista banal a viajante curioso; de repetidor de *fake news* (“narrativas”, tentam nos convencer...) a narrador de belas histórias, quem sabe até autor de belos romances ilustrados para “crianças de todas as idades”, como quer o clichê?

A inteligência artificial tocada, enfim, pelo que nos faz mais humanos – clichês e tudo. ■

**Christian Schwartz** é mestre em Estudos Literários pela UFPR e doutor em História Social pela USP. Foi pesquisador visitante no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Ensaísta e jornalista, trabalha também como tradutor, vertendo para o português livros de escritores como F. Scott Fitzgerald, Philip Roth, Nick Hornby, Nathaniel Hawthorne e Mary Shelley, além de importantes pensadores políticos contemporâneos, como James Williams e David Runciman.